

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos 2



Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História: diálogos contemporâneos 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-560-0 DOI 10.22533/at.ed.600192308 1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série. CDD 900.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BNCC, TRANSVERSALIDADE, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA	
<i>Mônica Andrade Modesto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923081	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: COMO REPENSAR UMA HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NUM CENÁRIO DE “PAZ”?	
<i>Ana Cecília Escobar Ramirez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923082	
CAPÍTULO 3	26
HISTÓRIA.COM: ENSINO DE HISTÓRIA, FONTES DOCUMENTAIS E HISTORIOGRAFIA	
<i>Maria Aparecida da Silva Cabral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923083	
CAPÍTULO 4	36
EXPONERE: ENTRE DESIGN, MEMÓRIA E HISTÓRIA	
<i>Fernanda Deminicis de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923084	
CAPÍTULO 5	40
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA	
<i>Rogério Chaves da Silva</i> <i>Paulo Alberto da Silva Sales</i> <i>Sidney de Souza Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923085	
CAPÍTULO 6	56
HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES: UMA ANÁLISE DO LIVRO “RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS”	
<i>Fabiana Alves Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923086	
CAPÍTULO 7	68
HARRY POTTER E POLÍTICA: PARALELISMO ENTRE O ENREDO POLÍTICO DE HARRY POTTER E AS CIÊNCIAS POLÍTICA REAIS	
<i>José Carlos Corrêa Cardoso-Junior</i> <i>José Antonio de Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923087	
CAPÍTULO 8	76
VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX	
<i>Lucas de Mattos Moura Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923088	

CAPÍTULO 9	90
HISTÓRIA INTELLECTUAL DOS 'CARDEAIS' DA ESCOLA NOVA NO BRASIL	
<i>César Evangelista Fernandes Bressanin</i>	
<i>Milian Daniane Mendes Ivo Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923089	
CAPÍTULO 10	104
IMAGEM X LITERATURA: A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM EM OS MAIAS DE EÇA DE QUEIRÓS	
<i>Nívea Faria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230810	
CAPÍTULO 11	114
MICRO-HISTÓRIA E NARRATIVA ORAL NO NORTE PARANAENSE	
<i>Marcia Regina de Oliveira Lupion</i>	
<i>Lucio Tadeu Mota</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230811	
CAPÍTULO 12	124
MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESTADO	
<i>José Antônio Dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230812	
CAPÍTULO 13	136
MULHER E FEMINISMO: PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO ROMANCE "A DEUSA DO RÁDIO" DE HELONEIDA STUDART	
<i>Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230813	
CAPÍTULO 14	145
O PAI DOS POBRES: UM OLHAR SOBRE A ASCENÇÃO DO POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS NO ESTADO NOVO	
<i>Adilson Tadeu Basquerote Silva</i>	
<i>Eduardo Pimentel Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230814	
CAPÍTULO 15	155
O TRATADO SECRETO ENTRE PERU E BOLÍVIA DE 1873 E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA, BRASIL E CHILE	
<i>Adelar Heinsfeld</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230815	
CAPÍTULO 16	165
O ÚLTIMO ADEUS: A SUBLIMAÇÃO DA DOR E O AMOR METAFÍSICO	
<i>Maristela Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230816	

CAPÍTULO 17	180
POLÍTICAS PENAIS NO PARANÁ – DO AVANÇO DO APRISIONAMENTO AO GERENCIAMENTO DA MASSA DE APENADOS	
<i>Rivail Carvalho Rolim</i>	
<i>Letícia Gonçalves Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230817	
CAPÍTULO 18	195
PUERICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (1930-1945)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i>	
<i>Maurício Barreto Alvarez Parada</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230818	
CAPÍTULO 19	204
QUEERMUSEU: INCLUSÃO E DIVERSIDADE SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO	
<i>Manoel Messias Rodrigues Lopes</i>	
<i>Suely Lima de Assis Pinto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230819	
CAPÍTULO 20	216
RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR, (1777-1808)	
<i>Augusto Fagundes da Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230820	
CAPÍTULO 21	228
RECOMPOSIÇÃO BURGUESA, AMPLIAÇÃO DO ESTADO E AS NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: O INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP	
<i>Marcio Douglas Floriano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230821	
CAPÍTULO 22	236
RELAÇÕES DE TRABALHO E CAUDILHISMO: AS BASES SOCIOECONÔMICAS DA GUERRA GAUCHA (ESPAÇO PLATINO, SÉCULO XIX)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230822	
CAPÍTULO 23	247
RENATO SOEIRO NO SPHAN: SUA TRAJETÓRIA ATÉ A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
<i>Carolina Martins Saporetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230823	
CAPÍTULO 24	258
REPRESENTAÇÕES DE GETÚLIO VARGAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO GLOBO ENTRE OS ANOS DE 1929 E 1937	
<i>Eduardo Barreto de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230824	

CAPÍTULO 25	271
VERDADE E FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA ANÁLISE DOS SIMBOLOS DA ALEGORIA DA CAVERNA	
<i>Edson de Sousa Brito</i>	
<i>Camila de Souza Cardoso</i>	
DO 10.22533/at.ed.60019230825I	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	279
ÍNDICE REMISSIVO	280

O TRATADO SECRETO ENTRE PERU E BOLÍVIA DE 1873 E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA, BRASIL E CHILE

Adelar Heinsfeld

Doutor em História pela PUCRS, com pós-doutoramento na Pontifícia Universidad Católica de Chile. Professor do Programa de pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

E-mail: adelar@upf.br

Na segunda metade do século XIX, a economia do Peru e da Bolívia tinha como base a mineração. O crescimento da economia boliviana esteve associado ao renascimento da extração e exportação de prata. No Peru, a economia estava fundamentada na exploração do guano, que dominava de forma absoluta as exportações do país.

No início da década de 1870, Peru e Bolívia entraram em uma grave crise econômica, em função do esgotamento dos depósitos de guano e da brusca queda nas exportações de prata, respectivamente. Soma-se a isso, o fato de que ambos os países não conseguiram liquidar as dívidas contraídas pelos governos anteriores com os credores internacionais, fazendo com que não tivessem acesso ao crédito externo, agravando ainda mais a crise.

Na década anterior, em abril de 1864, a presença de uma frota espanhola nas águas do

Pacífico e o desentendimento com o governo peruano, fez com que aquela frota ocupasse as ilhas Chincha, do Peru. Diante do fantasma recolonizador espanhol, Chile e Peru firmam um Tratado de Aliança ofensiva e defensiva em 5 de dezembro de 1865, ao qual aderiram logo depois o Equador, em 30 de janeiro e a Bolívia, em 19 de março de 1866. Este tratado ficou conhecido como a Quadrupla Aliança e os motivos de sua assinatura são evidentes.

O Chile tomou a dianteira e declarou guerra à Espanha em 25 de dezembro de 1865, no que foi acompanhado logo pelo Peru e depois pela Bolívia e Equador. Estes dois últimos países não possuíam navios de guerra que pudessem participar do conflito. Por isso, “o balanço das forças navais pendia, portanto, fortemente para a Espanha, já que nem mesmo atuando conjuntamente as esquadras chilena e peruana poderiam fazer frente à espanhola.”¹ Apesar de possuir um poder bélico menor, a Quadrupla Aliança saiu vencedora desta guerra, com a esquadra espanhola se retirando da região em meados de março de 1866.

O governo imperial brasileiro assumiu uma posição de neutralidade diante do conflito. No entanto, por ter permitido que navios avariados da esquadra espanhola atracassem

1 SANTOS, Luís Claudio Villafañe Gomes. *O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002, p. 89.

no porto do Rio de Janeiro para reparos, recebeu veementes protestos do Chile, Peru e Bolívia. Francisco Adolpho de Varnhagem, encarregado de negócios do Brasil no Chile, comunicou que “não gozamos aqui da menor simpatia, e não há um só chileno que não esteja convencido da ideia de que o governo imperial é parcial em favor da Espanha e alimenta projetos hostis contra as repúblicas sul-americanas.”²

Este episódio fez com que as relações do Brasil com o Chile tornaram-se tão tensas que o encarregado de negócios chileno no Rio de Janeiro, em novembro de 1867, declarou que os portos brasileiros não poderiam servir de base para os beligerantes ou as relações entre os dois países seriam cortadas. O governo brasileiro não se sujeitou à exigência chilena, considerada infundada e que ofendia a soberania do Brasil.³ (SANTOS, 2002, p. 94). Apesar da tensão, as relações brasileiro-chilenas não foram interrompidas e aos poucos foram se normalizando.

A guerra da Quadrupla Aliança com a Espanha foi concomitante com a Guerra do Paraguai. Chile, Bolívia e, principalmente, o Peru protestaram de forma veemente contra as estipulações do Tratado da Tríplice Aliança, considerando o mesmo agressivo e imperialista. A forma como a diplomacia peruana se opôs àquele tratador e seu apoio diplomático ao Paraguai fez com que o Brasil cortasse as relações diplomáticas com o Peru em 1867.⁴ Dois anos mais tarde as relações foram reestabelecidas.

Os anos que se seguiram ao término da guerra da Quadrupla Aliança, bem como da Tríplice Aliança, fizeram com que as tensões entre os países sul-americanos voltassem à tona de uma forma bastante intensiva. Luís Claudio Villafañe Gomes Santos faz um balanço do cenário então existente:

Eliminado o inimigo comum, as divergências entre as repúblicas do Pacífico voltaram violentamente à tona. A política internacional chilena estava dominada pela discussão das suas fronteiras: ao norte, com a Bolívia e o Peru, e, ao leste e ao sul, sobre a Patagônia e os Estreitos, com a Argentina. A Bolívia, por sua vez, tentou resguardar a sua saída para o mar, ameaçada pelo Chile, e a região do Chaco, envolta numa disputa entre Argentina e o Paraguai, este apoiado pelo Brasil. O Peru via-se ameaçado pelo Chile e pela Colômbia, que ainda mantinha indefinida a sua fronteira com o Império. No Prata, derrubado Solano Lopez e estabelecido um novo governo no Paraguai, as relações entre o Brasil e a Argentina voltaram a ser marcadas pelo conflito. Neste quadro confuso, as especulações sobre novas alianças destinadas a solucionar as questões pendentes multiplicaram-se ao paroxismo.⁵

Em função das tensões existentes, especulava-se com maior ou menor seriedade, sobre as variadas hipóteses de alianças. Imaginava-se desde uma coligação entre Argentina, Bolívia, Peru, Chile e Equador contra o Brasil e o Paraguai, ou, uma aliança entre Brasil e Chile para fazer frente à Bolívia, Peru e Argentina. Segundo Villafañe Santos, “apesar da ilusão e alianças que poderiam acabar por envolver o continente

2 AHI. Ofício reservado nº7, da legação brasileira em Santiago, 14.10.1867.

3 SANTOS, 2002, p. 94.

4 NOVAK, Fabián; NAMIHAS, Sandra. *As relações entre Peru e Brasil: 1826-2012*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013, p. 20

5 SANTOS, 2002, p. 112.

inteiro em um amplo esquema de pesos e contrapesos, não se mostrou factível atrair os países sul-americanos para alianças em defesa de interesses em regiões que não eram, para eles, prioritárias.”⁶

As fronteiras territoriais entre Chile e Bolívia haviam sido definidas em 1866 por um tratado que determinou a linha limítrofe pelo paralelo 24°S, mas obrigava a ambos países a compartilhar em partes iguais as rendas provenientes dos impostos da exploração de metais extraídos da chamada "zona de mutuos beneficios" que compreendia a região localizada entre os paralelos 23°S e 25°S.

No começo da década de 1870, as relações entre Chile e Bolívia estavam tensas, devido a que ambos países não se entendiam na forma de cobrar, controlar e transferir ao Chile a parte dos impostos cobrados por Bolívia na zona de benefícios mútuos. Se somavam a isso outros desacordos, como por exemplo a dúvida se o recente descobrimento de prata em Caracoles estava dentro ou fora da zona de benefícios mútuos e quais os metais estariam mencionados no tratado.

As relações do Chile com o Peru também passavam por sobressaltos. Diante das investidas de capitais e trabalho chileno nas províncias de Tarapacá (Peru) e Antofagasta (Bolívia), o Peru sentiu ameaçada sua supremacia na costa do Pacífico. Aproveitando esta situação, em 8 de novembro de 1872 a Assembleia Nacional da Bolívia autorizou secretamente seu governo negociar e ratificar “um tratado de alianza defensiva” com o Perú, “contra toda agresión extraña” e a “declarar la guerra, si el peligro fuese inminente” sem a necessidade de posteriormente o tratado ter que ser aprovado por aquela assembleia. Assim, o ministro plenipotenciário boliviano em Lima, Juan de la Cruz Benavente, começou as gestões para a assinatura do tratado.

Desta forma, em 6 de fevereiro de 1873, Peru e Bolívia, através de seus representantes, José de la Riva Agüero e Juan de la Cruz Benavente, respectivamente, assinam um tratado secreto de aliança defensiva.

Em seu artigo primeiro o tratado especificava:

Las altas partes contratantes se unen y ligan para garantizar mutuamente su independencia, su soberanía y la integridad de su territorio respectivos, obligándose en los términos del presente tratado a defenderse de toda agresión exterior, bien sea de uno y otros estados independientes o de fuerza sin bandera que no obedezca a ningún poder reconocido.⁷

De acordo com os signatários, o acordo se destinava a formar uma aliança defensiva, definir o processo para ser seguido antes de declarar o *casus Foederis*⁸ e não mencionava nenhum país que seria o alvo do tratado. O tratado era composto de nove artigos, mais um artigo adicional, que determinava “El presente tratado de Alianza Defensiva entre Bolivia y el Perú se conservará en secreto mientras las dos

6 SANTOS, 2002, p. 113.

7 Apud BARROS, História diplomática de Chile (1541-1938). Barcelona: Ediciones Ariel, 1970, p. 280.

8 Indica o momento e as circunstâncias em que o aliado vem prestar seu concurso, auxílio ou socorro, em cumprimento às obrigações assumidas no tratado de aliança.

altas partes contratantes, de común acuerdo, no estimen necesaria su publicación.”

Vários historiadores, tanto chilenos, quanto peruanos, como Gonzalo Bulnes⁹, Jorge Basadre¹⁰, Pedro Yrigoyen¹¹, Edgardo Mercado Jarrín¹² consideram que o verdadeiro propósito do tratado foi impor ao Chile fronteiras territoriais que fossem convenientes ao Peru, à Bolívia e à Argentina, através de arbitragem obrigatória, enquanto o Chile estivesse militarmente fraco, ou seja, antes da chegada das fragatas blindadas *Cochrane* e *Blanco Encalada* que estavam sendo construídas nos estaleiros de Hull, Inglaterra. Sobre esta situação, Gonzalo Bulnes diz que:

Chile estava desarmado en el mar, al revés del Perú que tenía la Escuadra que figuró en la guerra del Pacífico: el *Huáscar*, la *Independencia*, los monitores *Manco Cápac* y *Atahualpa*, fuera de otros pequeños buques. En cambio, Chile no disponía sino de dos corbetas de madera, la *O'Higgins* y el *Chacabuco*, y dos embarcaciones incaicas, más propias de museos, como reliquias de antiguas glorias, la *Esmeralda* y la *Covadonga*. El *Blanco* i *Cochrane* no salían aun de los astilleros de Hull, en Inglaterra, donde se construían.¹³

Esta assertiva será confirmada por uma correspondência do presidente peruano Manoel Pardo ao representante de seu país em La Paz:

Rotas las relaciones y declarado el estado e guerra, Chile no podrá sacar ya sus blindados y, sin fuerzas bastantes para atacar con ventaja, se vería en la precisión de aceptar la mediación el Perú, la que en caso necesario se convertía en mediación armada.¹⁴

Os signatários do tratado almejavam a incorporação da Argentina ao tratado secreto. Para negociar em Buenos Aires, o ministro das relações exteriores do Peru, José de la Riva Agüero, escreve a Manuel Yrigoyen, plenipotenciário peruano na Argentina, afirmando que não seria difícil esta incorporação, devido as “dificuldades con que hasta ahora há tropezado, sin poder llegar a una demarcación de limites con Chile.” Dizia ainda o chanceler peruano:

A la República Argentina interesa pues, tanto como a Bolivia y como a todas las secciones americanas cuyos limites aún no se han precisado, entrar en alianza defensiva, y con más razón hoy que la cuestión de limites de Patagonia amenaza entrar en la vía de los hechos; de la que debemos todos procurar apartarla para circunscribirla a la de la discusión y del arbitro.

O diplomata-historiador peruano Pedro Yrigoyen, filho de Manuel Yrigoyen, ministro residente do Perú em Buenos Aires, à época destes acontecimentos, em extensa obra sobre o tratado de 1873, assevera que:

9 BULNES, Gonzalo. Guerra del Pacífico: de Antofagasta a Tarapacá. Valparaíso: Sociedad imprenta y Litografía Universo, 1911.

10 BASADRE, Jorge. História da República do Peru. Lima: Peruamerica SA, 1964.

11 IRIGOYEN, Pedro. La alianza Perú-boliviano-argentina y la declaratoria de guerra de Chile. Lima: San Marti & Cía. Impresores, 1921.

12 MERCADO JARRÍN, Edgardo. Política y estrategia en la guerra de Chile. Lima, 1979.

13 BULNES, 1911, p. 35

14 Apud BARROS, 1970, p. 282.

Tan profundamente convencido estaba el gobierno peruano de la necesidad que había de perfeccionar la adhesión de la Argentina al Tratado de alianza Peru-boliviano, antes de que recibiera Chile sus blindados, a fin de poderle exigir a este país pacíficamente el sometimiento al arbitraje de sus pretensiones territoriales, que, apenas fueron recibidas en Lima las observaciones formuladas por el Canciller Tejedor, se correspondió a ellas en los siguientes términos: “Anexa y bajo sello apertorio incluyo a U.S. la nota em que el señor Ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia contesta las observaciones del señor Tejedor, con motivo de la solicitada adhesión de la República Argentina al pacto de alianza de febrero”.¹⁵

O ministro das relações exteriores do Peru, José de la Riva Agüero, ao escrever para Yrigoyen deixa claro que tinha consciência que trazer a Argentina para a aliança provocaria receios por parte do Brasil. Por outro lado temia que “como Chile no se duerme y parece que trata de ofrecer su alianza al Imperio.”

Debemos, pues, caminar con mucho cuidado en este asunto, porque bajo dos aspectos nos conviene conservarnos en el pie de perfecta inteligencia en que hoy nos allamos respecto del Brasil: valiosos intereses son los que tenemos en el Amazonas y mucho podríamos sufrir por esse lado, para que no tratemos de evitar una alianza entre Chile y el Brasil que en caso de guerra nos sería muy perjudicial.¹⁶

Na mesma correspondência Riva Agüero apontava a fórmula para impedir a aliança do Chile com o Brasil:

El médio de hacer imposible esa alianza, y por conseqüente dejar aislado a Chile en todas sus cuestiones, es a mi juicio y en del gobierno, circunscribir la alianza con la República Argentina y Bolivia a las cuestiones de limites entre éstos y Chile y las cuestiones que puedan surgir entre los países contractantes.¹⁷

Já em 1872, o representante chileno em Buenos Aires, Blest Gana, informou ao ministério dos negócios estrangeiros do Brasil, que o presidente argentino Domingos Sarmiento buscava uma aliança com o Chile, Bolívia e Peru contra o Império do Brasil. No entanto, o governo chileno teria declarado que “os interesses do Chile estavam hoje intimamente ligados aos do Brasil em tudo o que se referisse à Confederação Argentina e à Bolívia, com os quais tem o Chile questões pendentes de limites”, por isso pretendia uma aliança com o Brasil.¹⁸ O representante brasileiro em Santiago não visualizava a possibilidade desta aliança acontecer, pois “sendo pobre, o Chile não poderia sustentar os gastos de uma guerra em terras longínquas. Com um diminuto exército e sem marinha, o seu concurso, pró ou contra nós, seria mais nominal que real.”¹⁹

Inicialmente, houve oposição no gabinete argentino a aderir a uma aliança com um país, no caso a Bolívia, com quem ainda tinha problemas de limites territoriais.

15 YRIGOEN, Pedro. La alianza Perú-Boliviana-Argentina y la declaratoria de guerra de Chile. Lima: Sanmarti y Cia impressores, 1921, p. 142

16 YRIGOEN, 1921, p. 129-130.

17 YRIGOEN, 1921, p. 142.

18 AHI. Ofício reservado nº 2, da legação brasileira em Santiago, 04.05.1872.

19 AHI. Ofício confidencial nº 2, da legação brasileira em Santiago, 30.08.1872.

Mas a insistência do Chile em levar para o arbitramento questões territoriais pendentes com a Argentina e o fracasso de Bartolomeu Mitre em sua missão junto ao governo paraguaio, no final de agosto 1873, com a conseqüente ameaça de guerra com o Brasil, fez com que em 24 de setembro daquele ano, o presidente Sarmiento encaminhasse ao Congresso o pedido de autorização para a adesão ao tratado de aliança peruano-boliviana. A discussão deste projeto se deu em sessões secretas. Tanto é que o ministro chileno em Buenos Aires, Guillermo Blest Gana escreveu ao seu governo que a opinião pública argentina e ele mesmo guiado por induções lógicas, acreditava que as sessões secretas tratavam dos problemas limítrofes com o Paraguai e principalmente os que se relacionavam com o Brasil.²⁰ Posteriormente poderá informar que o governo argentino “al mismo tempo sometió a la consideración del Congreso la idea de la conveniência de celebrar una alianza con las repúblicas de Bolivia y el Perú, para el caso posible de una guerra con Chile o con el Brasil.”²¹ Por sua vez, o governo brasileiro comunicava a seu representante diplomático em Santiago que “o governo imperial tem motivos para crer que a República Argentina trata de celebrar com a Bolívia e o Perú uma aliança relativa às questões de limites.”²²

Na Argentina, a proposta e adesão ao tratado secreto peru-boliviano foi aprovada na Câmara dos Deputados por 48 a 18 votos que também autorizou um crédito de 6 milhões de pesos para despesas militares. O tratamento da questão no Senado sofreu sucessivos adiamentos, para finalmente nas sessões ordinárias do ano seguinte ser rejeitado. A rejeição ao projeto de aliança Bolívia-Perú esteve vinculado aos problemas de limites entre Argentina e Bolívia. O ministro das relações exteriores argentinas, Carlos Tejedor, julgava inaceitável que se utilizasse o princípio do *uti possidetis* nas questões limítrofes com o Chile e não aceitar o mesmo princípio nas questões com a Bolívia. Em 13 de fevereiro de 1874 o ministro das relações exteriores da Bolívia, Mariano Baptista, rechaçou a exigência argentina sobre o *uti possidetis*. Assim, em junho, Tejedor dava por fracassadas as gestões para a Argentina fazer parte da aliança peru-boliviana.²³

A discussão no Congresso Nacional argentino de um projeto de aliança com Bolívia e Peru, como não podia deixar de ser, produziu grande preocupação nos círculos diplomáticos, especialmente do Chile e do Brasil. Em fevereiro de 1874, o ministro do Brasil em Santiago, João Duarte da Ponte Ribeiro, comunicou ao presidente chileno, Federico Errázuriz e ao chanceler Adolfo Ibáñez, os termos do tratado peruano-boliviano de 1873 e os detalhes das sessões das câmaras argentinas, aconselhando tomar medidas preventivas para evitar uma guerra que poderia ser estendida para toda a América do Sul. Ibáñez comunica isso Blest Gana, em 22 de

20 ENCINA, Francisco A. El proyecto de alianza Perú-Boliviana-Argentina de 1873-75 y la iniciativa de don Abdón Cifuentes en la adquisición de los blindados chilenos. Boletín de la Academia Chilena de la Historia. Santiago, Año IV, nº 9, 2º sem. 1937, p. 15.

21 Apud ENCINA, 1927, p. 16.

22 AHI. Despacho à legação brasileira em Santiago, 17.02.1874.

23 ESCUDÉ, Carlos; CISNEROS, Andrés. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1999, tomo VI, p. 67.

fevereiro de 1874, referindo-se à gravidade do fato, dizendo que o Chile, naquele momento estava obrigado a não tomar resoluções importantes, enquanto não tivesse conhecimento cabal dos propósitos, meios e fins da aliança, até por que “necesitamos ganar tiempo para armarnos.”²⁴ O governo chileno ao saber do tratado entre Peru e Bolívia, por intermédio do representante brasileiro, propôs uma aliança semelhante entre Chile e Brasil. Para o Chile uma aliança com o Brasil era fundamental, diante da possibilidade do país ser envolvido em uma guerra em todas as suas fronteiras, com Argentina, Bolívia e Peru. Segundo Fernandez Valdés, Ibáñez, “como um hombre eminentemente realista”, percebia que naquela conjuntura “el acercamiento al Imperio era indispensable para que Chile no se exhibiese solitario em el Continente!” Por isso teria tentado de vários modos “constituir uma verdadeira y sincera alianza”.²⁵ O ministro brasileiro, seguindo as orientações do seu governo, recusou a proposta chilena. Isso, no entanto, não abalou as relações entre os dois países.

Como consequências do tratado de aliança defensiva Peru-boliviana, podemos dizer que o Peru descuidou de sua defesa por uma desmedida confiança no tratado. Apesar de não ter conseguido a adesão da Argentina, seguiu confiando em seus “blindados” Bolívia e Buenos Aires, como dizia o presidente peruano Manuel Pardo. A Bolívia, confiando em sua aliança militar com o Peru, afrontou o Chile com a posterior violação o tratado de limites.²⁶

Para Jorge Basadre, historiador peruano, foi um erro firmar um tratado com caráter secreto, uma vez que um documento deste tipo teria que passar forçosamente por três chancelarias e três parlamentos para sua aprovação.²⁷ Desta forma, não teria como se manter em segredo.

Modesto Basadre, deputado peruano pela província de Tacna, dizia em 1873:

unos cuantos combatimos la tal alianza; yo el más encarnizado... se aprobó el Tratado de Alianza a las tres de la mañana. Pedí la palabra y dije: ...que tenía pleno convencimiento que nuestros hijos y los hijos de nuestros hijos maldecirán la aprobación de ese fatal Tratado.²⁸

A aliança entre Bolívia e Peru, firmada em 1873, vai dar a base para a guerra com o Chile, em 1879, chamada de Guerra do Pacífico, em que os chilenos foram vencedores. Como consequência direta da derrota, os signatários do tratado secreto de 1873 perderam para o Chile vastos territórios. O Peru perdeu a província de Arica, e a Bolívia perdeu todo o seu território litorâneo, ficando sem uma saída para o mar.

No entanto, a maior consequência daquele tratado foi a aproximação entre Chile e Brasil. Quando João Duarte da Ponte Ribeiro informou ao governo chileno a existência de um tratado secreto entre Bolívia e Peru, o ministro das relações

24 ENSINA, 1937, p. 22.

25 FERNANDEZ VALDES, p. 12.

26 BASADRE, Jorge. *História da República do Peru*. Lima: Peruamerica SA, 1964, p. 37 e 41.

27 BASADRE, 1964, p. 214.

28 HERRENA TELLO, Juan C. *Perú-Bolívia 1873: El tratado secreto que nunca fue secreto*. 2010. <http://www.voltairenet.org/article166625.html>

exteriores, Adolfo Ibañez, teria classificado o Brasil como “seu único amigo sincero e taboa de salvação.”²⁹ Propôs ainda uma aliança entre os dois países. Devido aos problemas limítrofes com a Argentina, ao governo chileno parecia que uma aliança com o Brasil era indispensável, tendo em vista que o Brasil também possuía sérios problemas com a Argentina. Na avaliação de Luís Claudio Villafañe Santos, o governo brasileiro não ficou seduzido pela proposta chilena de uma aliança. O Brasil não tinha interesses a defender na costa pacífica que pudessem justificar sua participação em um conflito bélico naquela região, principalmente por que ainda sentia os efeitos do desgaste causado pela Guerra da Tríplice Aliança. Por outro lado, também não via com bons olhos a aliança peru-boliviana e muito menos a adesão da Argentina naquela aliança. Para a diplomacia brasileira, a Argentina poderia utilizar esta aliança na resolução das suas questões de limites com o Paraguai, alegando que estava defendendo-se de uma agressão paraguaio-brasileira.³⁰ Assim, arrastaria a Bolívia e o Peru para um conflito bélico.

Para Juan Jose Fernandes, já que o governo brasileiro resistia a uma aliança, era preciso, em todo caso, acentuar o clima de intimidade e compreensão, por que assim causaria nos meios oficiais do Peru e da Argentina a impressão que a aliança efetivamente existia entre Brasil e Chile.³¹

Em agosto de 1874 ocorre um novo tratado de limites entre Chile e a Bolívia, ratificando que o limite seria pela linha do paralelo 24°. Entre os paralelos 23° e 25° os direitos sobre os minerais explorados deviam ser mantidos até 1899; por sua vez, trabalhadores, indústrias e capitais chilenos não ficariam sujeitos a novas taxações de qualquer tipo diferentes das que vinham sendo cobradas. Além disso, o Imperador brasileiro foi designado como árbitro em possíveis desinteligências que ocorressem sobre a execução do tratado. Assim, o ministro plenipotenciário brasileiro em Laz Paz, Leonel Martiniano de Alencar pode comunicar que “não se deve mais recear que a Bolívia anua a qualquer proposta argentina sobre o Chaco hostil ao Paraguai e portanto ao Brasil”.³²

Ainda que, mesmo no auge das tensões e ameaças de alianças hostis, o Império houvesse se recusado a estabelecer qualquer tipo de pacto de aliança com o Chile, o governo de Santiago não abandonou a ideia de ter o auxílio brasileiro na hipótese de um conflito com a Argentina. A imagem de um eixo geopolítico Santiago-Rio de Janeiro, produzida na década de 1870, permaneceria mesmo após o século XIX.³³

As tensões entre Chile e Argentina só aumentavam em decorrência da indefinição dos limites territoriais na Patagônia. Em 1878 um tratado de limites chegou a ser firmado. No entanto, o mesmo não será ratificado pelo governo chileno, o que fez o governo argentino ameaçar a retirada da sua legação em Santiago.

29 AHI. Ofício reservado nº 6, da legação brasileira em Santiago, 11.03.1874.

30 SANTOS, 2002, p. 123.

31 FERNANDEZ, Juan Jose. *La República de Chile y el Imperio del Brasil: história de sus relaciones diplomáticas*. Santiago: Editorial Anes Bello, 1959, p. 78.

32 Apud SANTOS, 2002, p. 125.

33 SANTOS, 2002, p. 126.

O governo chileno pretendia utilizar as desavenças brasileiro-argentina em função da definição dos limites territoriais com o Paraguai, no pós-guerra da Tríplice Aliança para forçar uma aliança com o Brasil. O governo brasileiro atuou como uma espécie de fiador dos direitos do Paraguai junto ao governo norte-americano, escolhido como árbitro na pendência argentino-paraguaia sobre o território do Chaco Boreal. Em novembro de 1878, Rutheford Hayes, sob nítida pressão brasileira, deu ganho de causa ao Paraguai. Em março do ano seguinte a Bolívia declarava guerra o Chile, invocando o tratado de aliança defensiva firmado em 1873 com o Peru. Iniciava-se a Guerra do Pacífico, conflito no qual o Brasil vai adotar a neutralidade., que aliás foi bem vista pelos contendores. Além disso, colaborou para o não envolvimento argentino.³⁴

* * * * *

O tratado secreto de aliança defensiva assinado entre Peru em Bolívia em 1873 foi um marco importante nas relações entre os países da América do Sul. Ele criou as bases que tornaram possível Bolívia e Peru empreender a Guerra do Pacífico com o Chile seis anos após sua assinatura. A tentativa de envolver a Argentina nesta aliança fracassou graças às ingerências das diplomacias brasileira e chilena, que tinham sérias pendências com Buenos Aires. Do mesmo modo fracassou a proposta chilena para formalizar uma aliança com o Brasil, pois temia-se que esta aliança atraísse maiores desconfianças à Argentina, que estava se fortalecendo, ao passo que o Império do Brasil estava entrando em crise. Assim a diplomacia imperial atuou no sentido apenas de evitar a formação de qualquer aliança contra o Brasil, ao mesmo tempo em que não aceitava propostas de contra-alianças. Contudo, as relações do Brasil com o Chile passaram a se pautar por uma estabilidade em tensões. Mas como dizia o Barão de Cotegipe: “seria um equívoco pactar a aliança brasileiro-chilena, mas pior ainda seria não crer em sua existência.”³⁵

REFERÊNCIAS

BARROS, Mario. *História Diplomática de Chile (1541-1938)*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1970.

BASADRE, Jorge. *História da República do Peru*. Lima: Peruamerica SA, 1964.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amada Luiz. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2002.

BULNES, Gonzalo. *Guerra del Pacífico: de Antofagasta a Tarapacá*. Valparaíso: Sociedad imprenta y Litografía Universo, 1911.

CONROY, Hubert Wieland. El tratado secreto Perú-Bolivia y la trama diplomática de la Guerra del Pacífico. In: McEVOY, Carmen; RABINOVICH, Alejandro M. *Tiempo de guerra: Estado, nación y*

34 BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amada Luiz. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 134-135.

35 Apud FERNANDEZ, 1959, p. 84.

conflicto armado em el Perú, siglos XVII-XIX. Lima: Instituto de Estudios Peruanos,

ENCINA, Francisco A. El proyecto de alianza Perú-Boliviana-Argentina de 1873-75 y la iniciativa de don Abdón Cifuentes en la adquisición de los blindados chilenos. *Boletín de la Academia Chilena de la Historia*. Santiago, Año IV, nº 9, 2º sem. 1937, p. 7-32.

ESCODÉ, Carlos; CISNEROS, Andrés. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1999, tomo VI.

FERNANDEZ VALDÉS, Juan José. El tratado secreto peruano-boliviano de 1873 y la diplomacia brasileña. *Boletín de la academia chilena de la Historia*. Santiago, año XXIII, nº 55, segundo semestre de 1956, p. 5-26.

FERNANDEZ, Juan Jose. *La República de Chile y el Imperio del Brasil: historia de sus relaciones diplomáticas*. Santiago: Editorial Anes Bello, 1959.

HERRENA TELLO, Juan C. Perú-Bolivia 1873: El tratado secreto que nunca fue secreto. Lima. <http://www.voltairenet.org/article166625.html>. Consultado em 15 de abril de 2019.

MERCADO JARRÍN, Edgardo. *Política y estrategia en la guerra de Chile*. Lima, 1979.

NOVAK, Fabián; NAMIHAS, Sandra. *As relações entre Peru e Brasil: 1826-2012*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013.

SANTOS, Luís Claudio Villafañe Gomes. *O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

YRIGOEN, Pedro. *La alianza Perú-Boliviana-Argentina y la declaratoria de guerra de Chile*. Lima: Sanmarti y Cia impressores, 1921.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alegoria da caverna 272

C

Colonização 122, 226

E

Ensino de história 26

F

Feminismo 136

Filosofia 12, 94, 95, 98, 123, 235, 271, 278

H

História intelectual 91, 102

Historiografia 40, 41, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 66, 88, 89

I

Igreja católica 115

L

Literatura 96, 99, 104, 112, 136, 137, 138, 144

M

Maias 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Meio ambiente 1, 12

Memória 6, 10, 13, 14, 18, 20, 34, 39, 56, 66, 67, 76, 88, 89, 102, 178, 245, 256

Micro-história 114

P

Política 15, 24, 68, 69, 70, 75, 102, 136, 150, 158, 164, 235, 258

Populismo 145, 154

R

Relações de trabalho 8, 236

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-560-0

